

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IMPORTÂNCIA DO ENFRENTAMENTO PELA PESQUISA E EXTENSÃO

Antonia Donita Oliveira Fortaleza¹

Emanuelly Vieira Pereira²

Lara Farias Rodrigues Correia³

Grayce Alencar Albuquerque⁴

Área temática: Direitos Humanos e Justiça, Educação

RESUMO

O Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri objetiva o monitoramento dos dados da violência contra a mulher e a realização de atividades educativas, especialmente nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Iguatu, no Estado do Ceará. Com o intuito de prevenção e combate à violência contra a mulher, também atua no enfrentamento em outros grupos vulneráveis por meio de ações de sensibilização assim, durante 2024, por meio de checklist, foram realizadas coletas acerca do perfil de vitimização da mulher na rede de enfrentamento dos municípios listados bem como, ações educativas por meio de lives, minicursos, palestras e produção de materiais educativos. Tem-se um total de 570 notificações de violência contra a mulher registradas como dados preliminares, predominando como vítimas mulheres adultas (30-59 anos), com escolaridade ignorada seguido de 2º grau completo, vínculo com agressor cônjuge ou ex-cônjuge e vítimas de violência física. As atividades educativas voltaram-se para abordar formas e tipos de violência, gerar conhecimento e ainda reduzir tais números para promover a transformação social. Cartilhas educativas sobre violência contra a mulher foram produzidas. Conclui-se que se faz necessário um trabalho complexo no enfrentamento da violência contra esse público.

Palavras-chave: Enfrentamento; Extensão; Pesquisa; Violência contra a Mulher.

VIOLENCE AGAINST WOMEN: THE IMPORTANCE OF ADDRESSING IT THROUGH RESEARCH AND EXTENSION

ABSTRACT

The Human Rights Observatory of the Cariri Region aims to monitor data on violence against women and carry out educational activities, especially in the municipalities of Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha and Iguatu, in the State of Ceará. With the aim of preventing and combating

¹ Estudante, Universidade Regional do Cariri, Enfermagem, bolsista do Observatório da Violência Contra a Mulher. E-mail: donita.fortaleza@urca.br

² Professora, Universidade Regional do Cariri, Departamento de Enfermagem, Integrante do Observatório da Violência Contra a Mulher. E-mail: emanuely.pereira@urca.br

³ Estudante, Universidade Regional do Cariri, Direito, bolsista do Observatório da Violência Contra a Mulher E-mail: lara.fariasrdgs@urca.br

⁴ Professora, Doutora, Universidade Regional do Cariri, Departamento de Enfermagem, Enfermagem, coordenadora do programa. E-mail: grayce.alencar@urca.br



violence against women, it also works to combat violence in other vulnerable groups through awareness-raising actions. Thus, during 2024, through a checklist, collections were carried out on the victimization profile of women in the coping network of the listed municipalities, as well as educational actions through lives, mini-courses, lectures and production of educational materials. There are a total of 570 notifications of violence against women registered as preliminary data, with the victims predominating as adult women (30-59 years old), with unknown education followed by a high school diploma, linked to an aggressor spouse or ex-spouse and victims of physical violence. Educational activities focused on addressing forms and types of violence, generating knowledge and reducing such numbers to promote social transformation. Educational booklets on violence against women were produced. It is concluded that complex work is necessary to combat violence against this population.

Keywords: Coping; Extension; Search; Violence against Women.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o artigo 5º da Lei 11.340, a violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e é identificada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006).

Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS,2022) informa que uma em cada três mulheres (736 milhões) é submetida à violência física ou sexual, em todo o mundo No Brasil o número de mulheres assassinadas chega a 1.902 casos, representando uma expansão de 2,6%, no mesmo período, estes dados foram apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2023 (Brasil, 2023).

Como resposta a este cenário, visando diminuir esse índice, gestores e a sociedade tem avançado frente às políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa violência, como, por exemplo, a assistência social, a saúde e a justiça, possibilitando apoio eficiente e acessível às mulheres do Brasil e do Ceará, uma vez que segundo pesquisas realizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social no ano de 2023, foi registrada uma taxa de 0,9 feminicídio a cada 100 mil mulheres no Ceará, de acordo com a publicação da edição de 2024 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023).

Assim, levando-se em consideração a interiorização da violência contra a mulher no Ceará, o Observatório da Violência e dos Direitos Humanos do Cariri, fundado pela URCA



em 2015, desempenha um papel de grande importância e mantém uma articulação com diversas iniciativas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, promovidas pela universidade, atuando no enfrentamento a esta problemática.

Entre as atividades realizadas pelo Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri Está o acompanhamento das formas de violência e das violações aos direitos humanos, que, quando desrespeitados, entram em colisão com o que garante a Constituição Federal de 1988, bem como, o desenvolvimento de atividades extensionistas de cunho educativo voltado ao reconhecimento e enfrentamento dessa problemática. Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri busca contribuir positivamente para promover a transformação social, tendo como objetivo central, a partir da análise dos dados coletados, o desenvolvimento de políticas públicas e a disseminação dessas informações de maneira clara e objetiva para a população, fortalecendo, cada vez mais, a luta pelo fim da violência contra a mulher na região do Cariri.

Diante disso, ressalta-se a importância da pesquisa e extensão no enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito doméstico, laboral, social, entre outros, que evidenciam a necessidade de ações sequenciadas para o enfrentamento da violência de gênero, tais como gerar conhecimento relevante e aplicável através dos dados coletados, capacitando comunidades a reconhecer e combater essa violência por meio de ações de sensibilização. Além disso, busca-se promover a conscientização e o empoderamento das mulheres nos meios tecnológicos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e difundir a Lei Maria da Penha e outros instrumentos de proteção dos direitos humanos das mulheres, a fim de desconstruir ações e comportamentos sociais estruturados na sociedade, que promovem violência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A violência contra mulher é um fenômeno social complexo e sua real magnitude é difícil de estimar e se mostra de diversas formas, tais como a violência física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres já sofreu violência física ou sexual em algum momento da vida (OMS, 2013).

A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o



uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento deficiente ou privação, embora o grupo reconheça que a inclusão de “uso do poder” em sua definição amplia a compreensão convencional da palavra (Paiva et al. 2015, p. 15).

A violência contra a mulher é influenciada por uma série de fatores de risco. Dentre eles, destaca-se a desigualdade de gênero, que envolve não apenas normas sociais que posicionam os homens como superiores, mas também a presença de crenças que justificam comportamentos abusivos. Além disso, a vulnerabilidade econômica, caracterizada pela dependência financeira das mulheres em relação aos parceiros, é um determinante significativo. Segundo o estudo de Silva et al. (2008), o contexto sociocultural, onde normas permissivas e a aceitação de comportamentos violentos estão enraizadas, também desempenham um papel crucial.

Diante do cenário apresentado nota-se que há a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que aborda tanto as causas como as consequências desses tipos de violência. Neste sentido, estudos e ações de enfrentamento se destacam como instrumentos de grande relevância para compreensão dessa dinâmica, permitindo a realização da coleta de dados primários qualitativos e quantitativos que irão contribuir para criação de políticas públicas e programas de intervenções.

Portanto, atividades de pesquisa e de extensão acadêmicas promovem possibilidades de debater inúmeros temas de relevância social, sensibilização da comunidade e empoderamento das mulheres, sendo perceptível que tais atividades possuem alcance bastante satisfatório, unindo o campo acadêmico, científico e a comunidade, o que é fundamental para o enfrentamento deste problema.

A pesquisa científica é essencial para o crescimento do país, impactando diversas áreas, como cultura e inovação tecnológica. Os resultados da pesquisa e do ensino devem atender às necessidades da população. As atividades de extensão da universidade, que incluem projetos em saúde, cultura, educação e sustentabilidade, aproximam a academia das comunidades. Isso melhora a qualidade de vida e permite que os alunos apliquem na prática as teorias estudadas, contribuindo para uma formação mais humanizada (Novaes, 2020).

Assim, a participação da academia junto a diferentes setores da sociedade é crucial para o enfrentamento eficaz da violência, difundindo por exemplo informações sobre este



agravo e suas formas de enfrentamento, tais como as legislações e a rede de enfrentamento.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha representa um marco importante, pois estabelece medidas protetivas e mecanismos legais para coibir a violência de gênero, sendo um marco para a proteção dos direitos dessa população, logo o conhecimento da lei Maria da Penha não pode ficar restrito apenas aos juristas e aos atuantes frente a causa, mas também para toda a sociedade, tendo em vista ser fundamental para fortalecer a luta do enfrentamento da violência contra a mulher, sendo essencial para que todas conheçam os seus direitos e busquem uma aplicabilidade mais absoluta. Assim, quando as pessoas estão informadas, podem agir de modo mais certo de modo a colaborar para haver uma mudança significativa, promovendo a construção de uma realidade mais igualitária.

3 METODOLOGIA

O Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri da URCA atua por meio da coleta/monitoramento de dados de violência contra a mulher registrados na rede de enfrentamento, bem como, ações voltadas à qualificação de profissionais e sensibilização à comunidade para reconhecimento do problema.

Frente à coleta/monitoramento de dados, uma equipe de alunos bolsistas realiza mensalmente a coleta de dados primários por meio de planilhas que foram desenvolvidas internamente. Essa coleta é feita em órgãos da rede de enfrentamento e diferentes pontos de apoio às vítimas de violência, incluindo serviços de: a) segurança pública, como o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM) em Crato e a Patrulha Maria da Penha em Crato e Juazeiro do Norte, b) saúde como a Vigilância Epidemiológica das Secretarias de Saúde do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Iguatu) e c) assistência social como o Centro de Referência da Mulher (CRM) em Juazeiro do Norte, Crato e Iguatu e Casa da Mulher Barbalhense no município de Barbalha).

Nos meses de janeiro a setembro de 2024, dados preliminares deste monitoramento apontam um total de 570 pessoas atendidas pelo programa. Com os dados obtidos, o Observatório realiza uma análise detalhada do perfil das vítimas e agressores, das tipologias de violência e da atuação da rede local de enfrentamento. Os indicadores gerados são compartilhados e repassados aos profissionais da rede, coletivo de mulheres e a comunidade



em geral, servindo como base para as atividades educativas promovidas, bem como, reivindicar políticas públicas. Esse momento acontece na Campanha dos 21 de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, realizada anualmente pelo Observatório da Violência. Para a coleta destes dados, o estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Cariri, com parecer nº 2038188.

Objetivando ainda reduzir tais números de violência são realizadas atividades educativas locais visando gerar conhecimento relevante e aplicável através de minicursos, *lives* no *Instagram* e produção de materiais educativos (cartilhas) que são disponibilizados no site da instituição objetivando a sensibilização para a população sobre a violência contra a mulher na região do Cariri

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentam-se a seguir algumas informações referentes aos resultados preliminares do monitoramento da violência contra a mulher nas regiões de Crajubar e Iguatu, totalizando 570 vítimas, considerando que esses dados ainda estão em processo de coleta (Tabela 01).

Tabela 01 - Perfil dos casos de violência contra a mulher coletados nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Iguatu em 2024.

Variável	Nº absoluto	Nº Relativo (%)
Idade		
Idade em Anos Ignoradas	219	38,46%
Idade em Anos < 1 a 11 anos	11	1,93%
Idade 12 a 17 anos	40	7,02%
Idade 18 a 29 anos	114	20%
Idade 30 a 59 anos	131	22,93%
Idade 60 anos ou mais	55	9,65%
Total	570	100%
Cor		
Raça cor branca	70	12,28%
Raça cor preta	42	7,37%
Raça cor parda	256	44,84%
Raça cor amarela	0	0%
Raça cor indígena	0	0%
Raça cor ignorado	202	35,44%
Total	570	100%
Escolaridade		
Escolaridade Analfabeto	10	1,75%
Escolaridade Ignorada	181	31,75%
Escolaridade 1º Grau Incompleto	81	14,21%
Escolaridade 1º Grau Completo	69	12,11%



Escolaridade 2º Grau Incompleto	38	6,67%
Escolaridade 2º Grau Completo	131	22,93%
Escolaridade Superior Incompleto	24	4,21%
Escolaridade Superior Completo	34	5,96%
Alfabetizada	2	0,35%
Total	570	100%
Estado civil		
Solteiro/a	185	32,46%
Casado/a e/ou união estável	90	15,79%
Viúvo/a	4	0,70%
Separado/a	15	2,63%
Namorando/ficando	14	2,46%
Divorciado/ a legalmente	16	2,81%
Não se aplica	17	2,98%
Ignorado	229	40,35%
Total	570	100%
Vínculo com agressor		
Pai	4	0,70%
Mãe	4	0,70%
Padrasto	0	0%
Madrasta	1	0,2%
Cônjuge	62	10,88%
Ex-cônjuge	135	23,68%
Namorando/a ou Ex-namorado/a	27	4,74%
A própria	78	13,68%
Outros	61	10,70%
Ignorado	198	34,74%
Total	570	100%
Tipo de violência sofrida		
Física	227	39,82%
Psicológica/moral	218	38,2%
Sexual	64	11,23%
Patrimonial	51	8,95%
Financeira	2	0,35%
Negligência/abuso	4	0,70%
Ameaças	51	8,95%
total	617	100%

Fonte: Dados coletados na rede de enfrentamento, 2024

Obs: Tipo de violência poderia marcar mais de uma alternativa.

A análise dos dados realizados através do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri nas regiões de Crajubar e Iguatu revelam que dentre as 570 vítimas identificadas, a faixa etária mais afetada é a de 30 a 59 anos, representando 22,93% do total, seguindo após a faixa de 18 a 29 anos, com 20%. Quanto à escolaridade mais afetada, a maior parte das vítimas têm escolaridade ignorada e logo após, possuía escolaridade de 2º grau completo (22,93%), mas também, há um número considerável de vítimas com 1º grau incompleto (14,21%) e 1º grau completo (12,11%) e esse dado demonstra que a violência



atinge mulheres de diversas formações educacionais, mas com uma prevalência entre aquelas com nível médio de escolaridade.

Quanto à etnia/cor mais afetada, a maioria das vítimas era identificada como de raça/cor parda (44,84%), em segundo lugar, estavam as vítimas de cor branca (12,28%). Quanto ao estado civil indicam que a maioria era solteira (32,46%), seguida por mulheres casadas ou em união estável (15,79%). Quanto ao vínculo com o agressor em sua maioria eram ex-cônjuges (23,68%) ou cônjuges (10,88%), indicando que relações íntimas ou anteriores são as principais fontes de violência contra essas mulheres, sendo importante frisar que há também um percentual significativo de agressões foi cometido pela própria vítima (13,68%), sugerindo autolesão ou violência autoimposta em contextos de desespero ou trauma. Quanto ao tipo de violência sofrida, a violência física foi a mais prevalente (39,82%), seguida pela violência psicológica/moral (38,2%), sendo importante destacar que em muitos casos as vítimas podem ter sofrido mais de um tipo de violência.

Ao comparar os resultados obtidos com outros estudos já publicados sobre o tema, percebe-se que o perfil das mulheres vitimizadas são semelhantes, havendo um perfil característico frente à idade, estado civil e vínculo da mulher com agressor. Assim, observa-se vitimização predominante em mulheres pretas e pardas e baixa escolaridade, o que levanta questões sobre interseccionalidade, sugerindo que a violência de gênero pode estar relacionada a desigualdades raciais e socioeconômicas. As mulheres vítimas de violência no Brasil, em sua maioria, pertencem a faixas etárias entre 18 e 34 anos, são predominantemente negras e apresentam níveis de escolaridade variados, mas muitas enfrentam desafios socioeconômicos que agravam sua vulnerabilidade (Souza; Pereira, 2020).

Frente às atividades educativas, o Observatório da Violência lançou o minicurso "Assistência às Mulheres em Situação de Violência na Atenção Primária em Saúde", realizado em três dias (21, 22 e 23 de agosto de 2024) via *Google Meet*, composto por três módulos e contou com 80 inscritos.



Figura 01 – Minicurso "Assistência às Mulheres em Situação de Violência na Atenção Primária em Saúde", 2024.



Fonte: Instagram do Observatório da violência contra a mulher, 2024.

O Observatório da violência também participa ativamente articulando campanhas e parcerias com órgãos e outros projetos de extensão, como o Projeto Prevenção de Violência Obstétrica no Parto Institucionalizado (PVOPI) e Centro de Referência da Mulher de Iguatu, por meio da realização de atividades educativas nas comunidades. Além disso, foram produzidos *posts* explicativos, a exemplo daqueles lançados no Agosto Lilás, publicados em todos os perfis dos projetos no *Instagram*. Por meio desta parceria se realizou o minicurso, nos dias 12 e 14 de agosto, com o tema "Desafios e Perspectivas no Enfrentamento à Violência contra a Mulher: 18 anos da Lei Maria da Penha" contando com cerca de 80 inscritos.

No contexto de disseminação de informações nas comunidades para se reconhecer e combater essa violência, o Observatório da Violência esteve presente ativamente na participação e na articulação de oficinas. Destaca-se as desenvolvidas no Agosto Lilás, que aconteceram no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Crato e Juazeiro do Norte, nos dias 27 e 30 de agosto de 2024.

Figura 02 – Palestra "Agosto Lilás que aconteceu no SENAC Franciscanos, em Juazeiro do Norte" 2024.



Fonte: Instagram do Observatório da violência contra a mulher, 2024.

Ainda, frente ao mês Setembro Amarelo, de forma *on-line*, foi realizada a palestra Atuação do Centro de Referência da Mulher no tocante ao desenvolvimento de inteligência emocional como forma de prevenção do suicídio em mulheres em situação de violência, com objetivo de informar e conscientizar a população com informações acessíveis e intuitivas de enfrentar comportamentos de riscos, promover a inclusão de mulheres e orientar acerca dos direitos e deveres desta população, especialmente diante agravos de saúde mental, tida como uma sequela desta violência. Outra temática abordada em forma de palestra foi a "Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada: Preenchimento e Notificação da Ficha de Vigilância" no mês de agosto de 2024. Destaca-se que todas as palestras possuem certificação para os participantes e colaboradores.

No contexto tecnológico, o Observatório da Violência conta com uma rede social que possui cerca de 500 seguidores. Diariamente, se compartilha conteúdos sobre violência contra a mulher, com o objetivo de atingir diferentes públicos e promover a conscientização e o empoderamento das mulheres e comunidades. Realizam-se *lives*, nas quais um bolsista traz um convidado a cada mês para abordar temas diversos, que ficam sempre abertos a discussões no canal do *Instagram* do observatório. Um dos temas abordados foi "Ações na Saúde Coletiva frente à Violência contra a Mulher", destacando a campanha do Agosto Lilás.

Ao final de cada ano letivo são publicadas cartilhas educativas elaboradas pelos bolsistas, que abordam variados subtemas relacionados à temática central do e informar sobre as diversas formas de apoio às vítimas, os tipos de violência, como também a promoção da conscientização. Um exemplo de cartilha desenvolvida pelo Observatório foi “Violência na Gestação e no Puerpério”, elaborada pelos alunos de residência obstetrícia da Universidade Regional do Cariri (URCA), visando orientar as mulheres sobre os riscos e as formas de violência específicas enfrentadas durante esses períodos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescente cenário de violência contra mulher, é fundamental discutir o tema pela visão da criação de políticas públicas e redes de apoio, assim como da pesquisa e extensão. Através das pesquisas e coletas de dados torna-se possível investigar as causas, consequências e manifestações da violência, além de compreender quais as dinâmicas sociais que perpetuam esse fenômeno e como impactam diretamente na vida das vítimas. As campanhas de conscientização também ganham destaque, uma vez que na perspectiva educativa buscou capacitar a comunidade para reconhecer e combater a violência contra mulher.

Desse modo, o Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri através das coletas e demais atividades realizadas em Crato, Juazeiro, Barbalha e Iguatu, busca conhecer além de perfil e quantitativo de vítimas e de grupos mais afetados, elevar o conhecimento da sociedade sobre o agravo. Assim, o investimento em programas educacionais como o observatório que aborda essas temáticas é crucial para gerar mudanças sociais significativas no enfrentamento da violência de gênero.

6 AGRADECIMENTOS

Ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) através da Universidade Regional do Cariri pelo incentivo financeiro aos bolsistas do projeto de extensão que é fundamental para a realização de todas as atividades, e por acreditar na pesquisa e na educação, pois é a capacidade humana de inovar, transformar e construir um futuro repleto de possibilidades. Também são importantes os agradecimentos às instituições onde são realizadas as coletas de dados da violência, como as Secretarias Municipais de Saúde, os Centros de Referência da Mulher, Patrulha Maria da Penha, NUDEM, dos municípios de Crato, Juazeiro, Barbalha e



Iguatu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. **Violência: um problema global de saúde pública.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Suplemento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Violência contra a mulher cresce no Ceará e Defensoria Pública é porta de entrada para quem busca atendimento.** Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/violencia-contr-a-mulher-cresce-no-ceara-e-defensoria-publica-e-porta-de-entrada-para-quem-busca-o-atendimento> Acesso em: 27 set. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ceará alcança, pelo segundo ano consecutivo, menor taxa de feminicídios do país a cada 100 mil habitantes.** Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/07/19/ceara-alcanca-pelo-segundo-ano-consecutivo-menor-taxa-de-feminicidios-do-pais-a-cada-100-mil-habitantes/#:~:text=19%20de%20julho%20de%202024%20%2D%2010%3A44%20%23SEM%20%23SPDS&text=De%20acordo%20com%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o,100%20mil%20habitantes%20do%20Brasil>. Acesso em: 27 set. 2024.

LABIAK, Fernanda Pereira et al. A extensão universitária como protagonista de uma educação emancipatória: experiências do projeto de extensão direito intergeracional e transversalidade da Univali. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 286-312, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11525>.

MARINHEIRO, André Luis Valentinni.; VIEIRA, Elisabeth Meloni.; SOUZA, Luiz. Prevalência de violência contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, ago. 2006.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: OMS. 2022.

SILVA, Eliane Maria *et al.* Fatores de risco para a violência contra a mulher: uma revisão sistemática. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 123-130, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300012>.

SOUZA, André Luiz; PEREIRA, Maria das Dores. Análise da violência contra a mulher no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 1-10, jan. 2020.

Revisão gramatical realizada por: Grayce Alencar Albuquerque

E-mail: grayce.alencar@urca.br

Contato: (88) 988878717



COMO CITAR

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; FORTALEZA, Antonia Donita Oliveira; PEREIRA, Emanuelly Vieira; CORREIA, Lara Farias Rodrigues. **Violência contra a mulher: A importância do enfrentamento pela pesquisa e extensão.** Revista de Extensão - REVEXT, v.4 |n. 1|p. 76-88| jan. - jun. |2025.

Recebido em 08 de Novembro de 2024
Aceito em 23 de Maio de 2025.

